

Lista de Figuras

1.1	Distribuição da quantidade encontrada de buscas: EGDI, GTMI e DGI	5
1.2	Os três componentes do EGDI	6
1.3	E-Government Development Index global em 2024	7
1.4	E-Participation Index global em 2024	8
1.5	Online Service Index global em 2024	9
1.6	Human Capital Index global em 2024	10
1.7	Telecommunication Infrastructure Index global em 2024	11
1.8	Gastos gerais governamentais (% do PIB)	12
1.9	Diagrama de Dispensao: EGDI e PIB <i>per capita</i> PPC	13
1.10	Como os países se posicionam em relação ao EGDI de acordo com sua taxa de crescimento do PIB	14
1.11	Diagrama de Dispensao: E-Participation Index e PIB <i>per capita</i> PPC	15
1.12	Diagrama de Dispensao: E-Government Development Index e gastos governamentais (% do PIB)	16
1.13	Diagrama de Dispensao: E-Participation Index e gastos governamentais (% do PIB)	17
1.14	Evolução do EGDI do Brasil (2003-2005, 2008-2024 bianualmente)	18
1.15	EGDI do Brasil e a média mundial em 2024	19
2.1	Indicador: Existência de estratégia nacional de governo eletrônico ou equivalente	20
2.2	Indicador: Existência de identidade digital para acessar ou outra forma de autenticação requerida para poder acessar serviços online	21
2.3	Indicador: Existência de um portal de compras governamentais	21
2.4	Respostas positivas aos indicadores de TIC de governo eletrônico	22
2.5	Diagrama de Dispersão: indicadores de TIC de governo eletrônico e PIB <i>per capita</i> PPC	23
2.6	Diagrama de Dispersão: indicadores de TIC de governo eletrônico e gastos governamentais (% do PIB)	24

Lista de Tabelas

3.1	Revisão da literatura	26
-----	-----------------------	----

Lista de Abreviações e Siglas

DESI Digital Economy and Society Index (Índice de Economia e Sociedade Digital, Comissão Europeia)

DGI Digital Government Index (Índice de Governo Digital, OECD)

EGDI E-Government Development Index (Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico, ONU)

GTMI GovTech Maturity Index (Índice de Maturidade em GovTech, Banco Mundial)

OECD Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

ONU Organização das Nações Unidas

PPC Paridade do Poder de Compra

PIB Produto Interno Bruto

TIC Tecnologias de Informação e Comunicação

USD United States Dollar (Dólar dos Estados Unidos)

Sumário

1	E-Government Development Index	5
1.1	E-Participation Index	7
1.2	Online Service Index	8
1.3	Human Capital Index em 2024	9
1.4	Telecommunication Infrastructure Index em 2024	10
1.5	Coeficiente de correlação: EGDI e E-Participation comparados com o PIB <i>per capita</i> PPC e os gastos públicos (% do PIB)	11
1.5.1	Análise geral com o EGDI e E-Participation Index	12
1.6	Dados do Brasil	17
1.6.1	Comparando as métricas do Brasil com a média internacional de 2024	19
2	Indicadores de TIC de governo eletrônico	20
2.1	Coeficiente de correlação: indicadores de TIC de governo eletrônico comparados com o PIB <i>per capita</i> PPC e os gastos públicos (% do PIB)	22
3	Governo eletrônico e digital no Brasil	25

Capítulo 1

E-Government Development Index

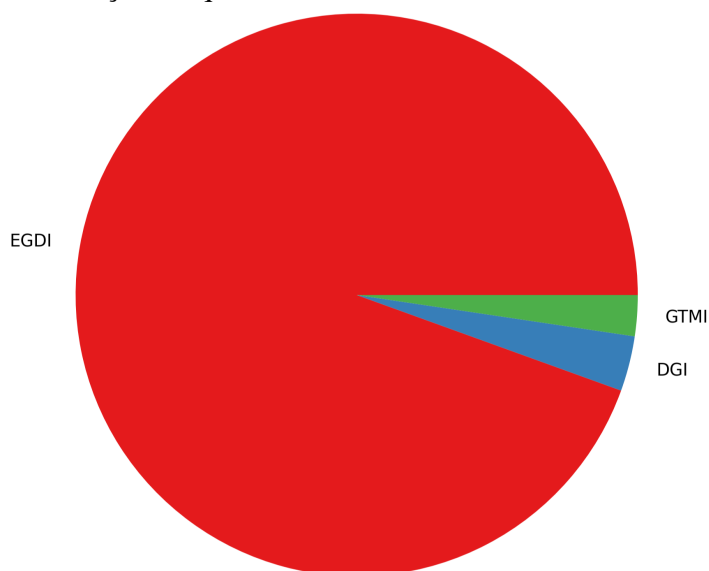
[11] anuncia 4 tipos de índices de governo eletrônico: EGDI da ONU, GTMI do Banco Mundial, DESI da Comissão Europeia da União Europeia e DGI da OECD.

A não escolha do DESI foi motivada, principalmente, pelo seu escopo. Conforme [4] explica, o índice é administrado pela Comissão Europeia e foca na análise individual de cada Estado-membro para identificar áreas prioritárias.

Como o foco da análise é o Brasil, o fato do DESI ter sua abrangência limitada a União Europeia afastou a possibilidade de seu uso. Contrariamente, o EGDI, GTMI e DGI têm abrangência global.

Escolheu-se qual índice usar pela quantidade de resultados retornados no Google Acadêmico. A figura mostra a distribuição dos resultados.

Figura 1.1: Distribuição da quantidade encontrada de buscas: EGDI, GTMI e DGI



Fonte: elaboração própria.

Dentre os índices com abrangência global – EGDI, GTMI e DGI – optou-se pelo primeiro. Embora o GTMI do Banco Mundial e o DGI da OECD também ofereçam visões valiosas sobre a maturidade do governo digital, o EGDI da ONU foi o escolhido devido a maior quantidade de material.

O EGDI apresenta o estado de desenvolvimento de governo eletrônico dos Estados membros da ONU. O índice incorpora as características de acesso, tais como níveis de infraestrutura e

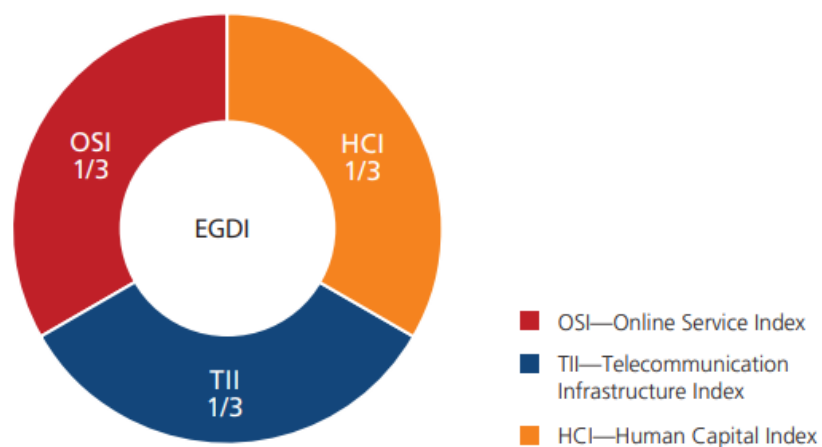
educacional para mostrar como um país está usando as tecnologias de informação para promover acesso e inclusão do seu povo [19].

[19] afirma que o EGDI é uma mensuração composta formada por 3 importantes dimensões do governo eletrônico: provisão de serviços online, conectividade de telecomunicação e capacidade humana.

Os componentes do EGDI são:

Figura 1.2: Os três componentes do EGDI

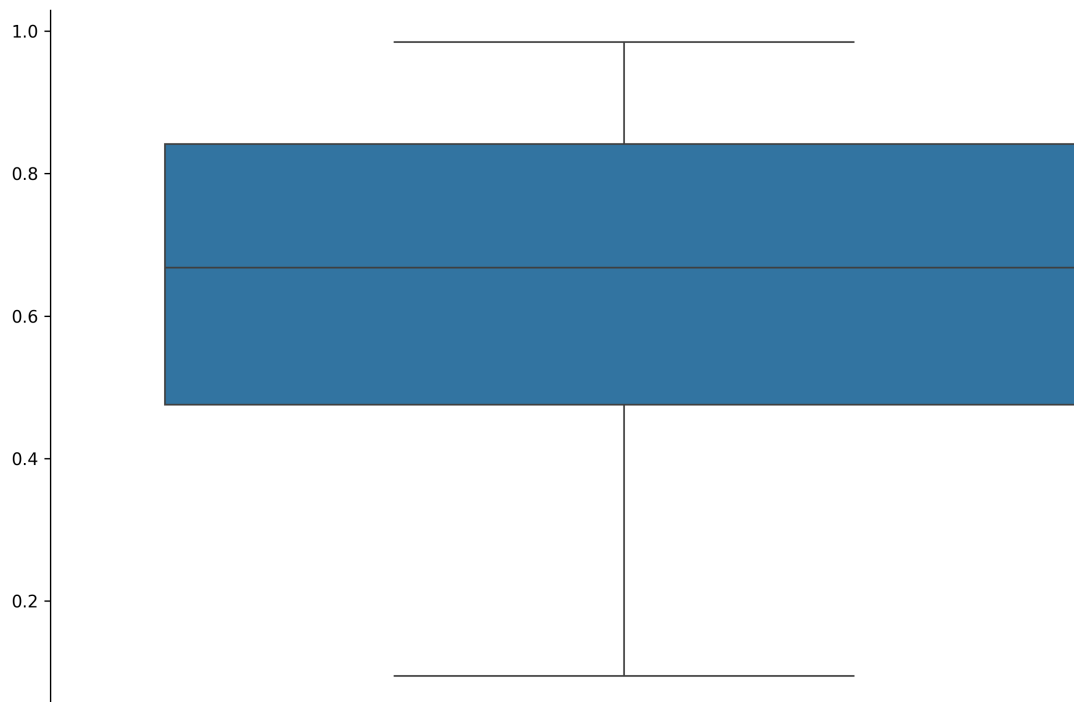
Figure A.1. The three components of the E-Government Development Index (EGDI)



Fonte: [16]

A figura 1.3 contém um diagrama de caixa que representa o EGDI global.

Figura 1.3: E-Government Development Index global em 2024



Fonte: baseado em [18].

A linha central na caixa indica que a mediana do índice é de aproximadamente 0.65. A caixa em si, que representa os 50% centrais dos dados, se estende de cerca de 0.48 a 0.83, mostrando a variação dos índices na maioria dos países. As linhas verticais, conhecidas como "bigodes", demonstram a amplitude total dos dados, que vai de aproximadamente 0.1 a quase 1.0. A distribuição do índice parece ser relativamente simétrica, sem um viés perceptível para valores mais altos ou mais baixos, e o gráfico não identifica a presença de valores discrepantes (outliers) extremos.

1.1 E-Participation Index

[19] argumenta que o **E-Participation Index** deriva do EGDI como índice suplementar ao relatório **E-Government Survey**. Os componentes do índice são: **E-information**, **E-consultation** e **E-decision-making**.

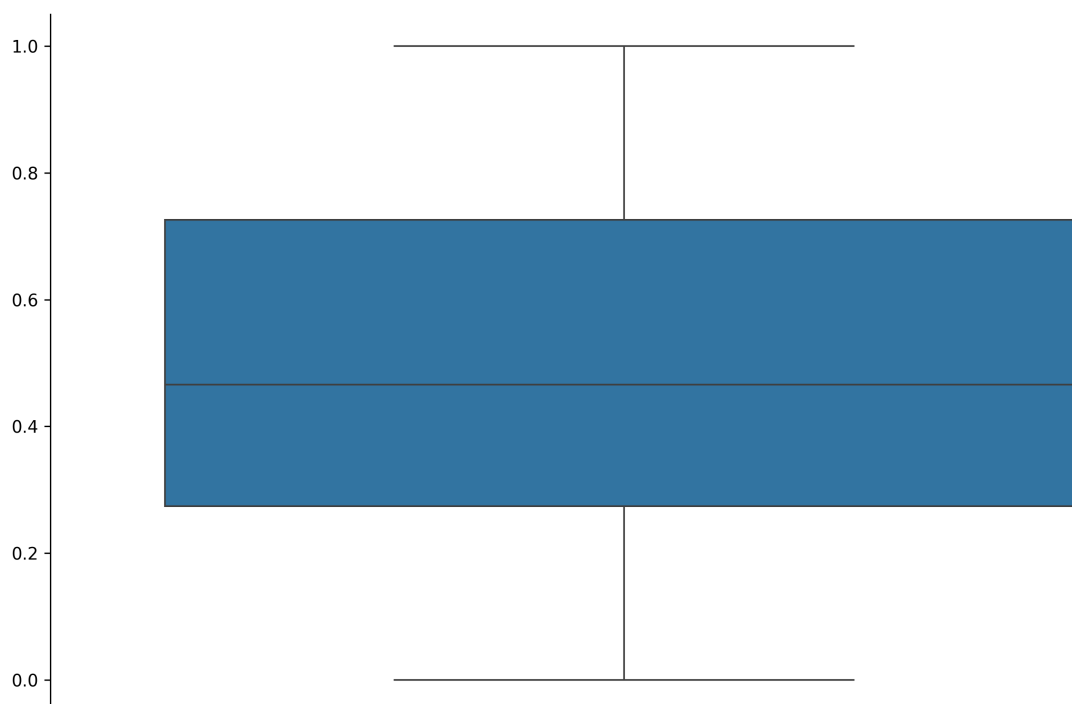
E-information fala sobre a facilitação da participação dos cidadãos via informações públicas e acesso a informação sem necessidade de pedido ou sob demanda. **E-consultation** diz respeito ao engajamento dos cidadãos em contribuições e deliberações sobre políticas públicas e serviços públicos. **E-decision-making** engloba o empoderamento dos cidadãos via a opção de coparticipação na elaboração de políticas e coprodução de componentes de serviços e entrega de modalidades.

[19] esclarece que o **E-Participation Index** de um país reflete os mecanismos do índice que são empregados pelo governo quando se faz comparações com todos outros países.

O propósito dessa medição não é prescrever qualquer prática específica, no entanto oferece perspectivas de como países diferentes estão usando ferramentas online para promover interação entre o governo e seu povo, bem como, entre as pessoas para benefícios de todos.

A figura 1.4 contém um diagrama de caixa que representa o **E-Participation Index** global.

Figura 1.4: E-Participation Index global em 2024



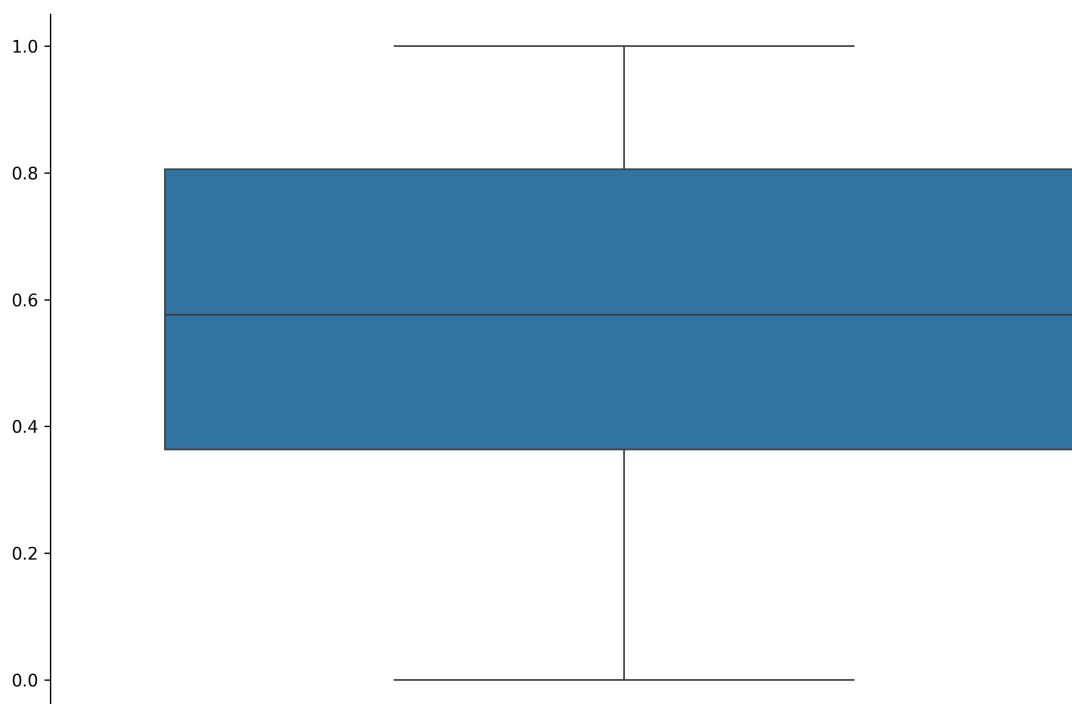
Fonte: baseado em [18].

A figura 1.4 revela que a mediana do índice é de aproximadamente 0.47, indicando que metade dos países avaliados se encontra acima desse valor. A caixa do gráfico abrange o intervalo entre 0.28 e 0.72, onde estão concentrados 50% dos países. A amplitude total dos índices é considerável, variando de 0.0 a 1.0. A distribuição se apresenta como relativamente simétrica, sem uma concentração significativa de países nas extremidades dos dados, e não há indícios de valores discrepantes (outliers).

1.2 Online Service Index

A figura 1.5 contém um diagrama de caixa que representa o **E-Participation Index** global.

Figura 1.5: Online Service Index global em 2024



Fonte: baseado em [18].

A figura 1.5 revela que a mediana do índice de serviços online é de aproximadamente 0.58. A caixa principal do gráfico indica que 50% dos países têm índices que variam entre 0.38 e 0.81. A amplitude total dos dados é vasta, indo de 0.0 a 1.0, o que demonstra uma grande disparidade nos níveis de serviços online oferecidos globalmente. A distribuição dos dados é relativamente simétrica e, assim como nos gráficos anteriores, não há outliers visíveis.

1.3 Human Capital Index em 2024

[16] afirma que **Human Capital Index** tem 4 indicadores: taxa bruta de matrícula, letramento adulto, anos de escolarização esperados e média de anos de escolaridade.

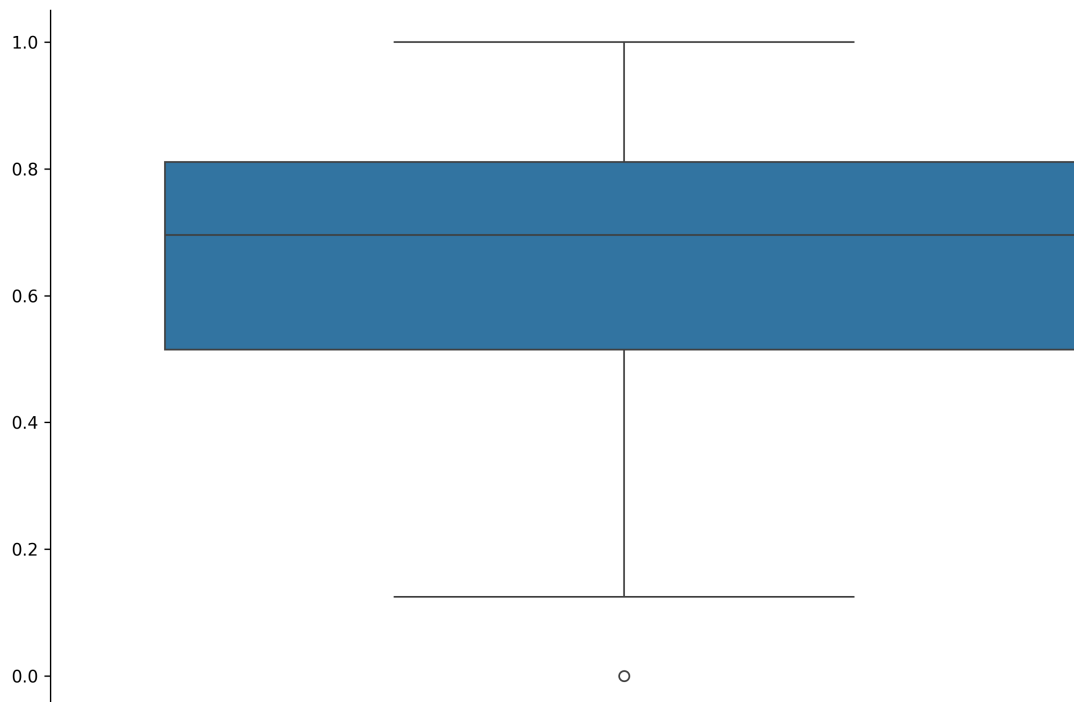
A taxa bruta de matrícula é medida como a combinação entre a taxa de matrícula nas educações primárias, secundários e terciárias. Letramento adulto é medido como o percentual de pessoas com pelos menos 15 anos de idade que entendem e sabem ler e escrever um frase curta simples na sua vida padrão.

Os anos de escolarização esperados é o número total de anos de escolarização que crianças de certa idade podem esperar ter no futuro, presumindo que a probabilidade de a criança de qualquer idade estiver na escola correspondendo à idade da taxa de matrícula atual.

A média de anos de escolaridade fornece o número médio de anos de educação concluídos pela população adulta de um país (25 anos ou mais), excluindo os anos gastos repetindo séries.

A figura 1.6 contém um diagrama de caixa que representa o **E-Participation Index** global.

Figura 1.6: Human Capital Index global em 2024



Fonte: baseado em [18].

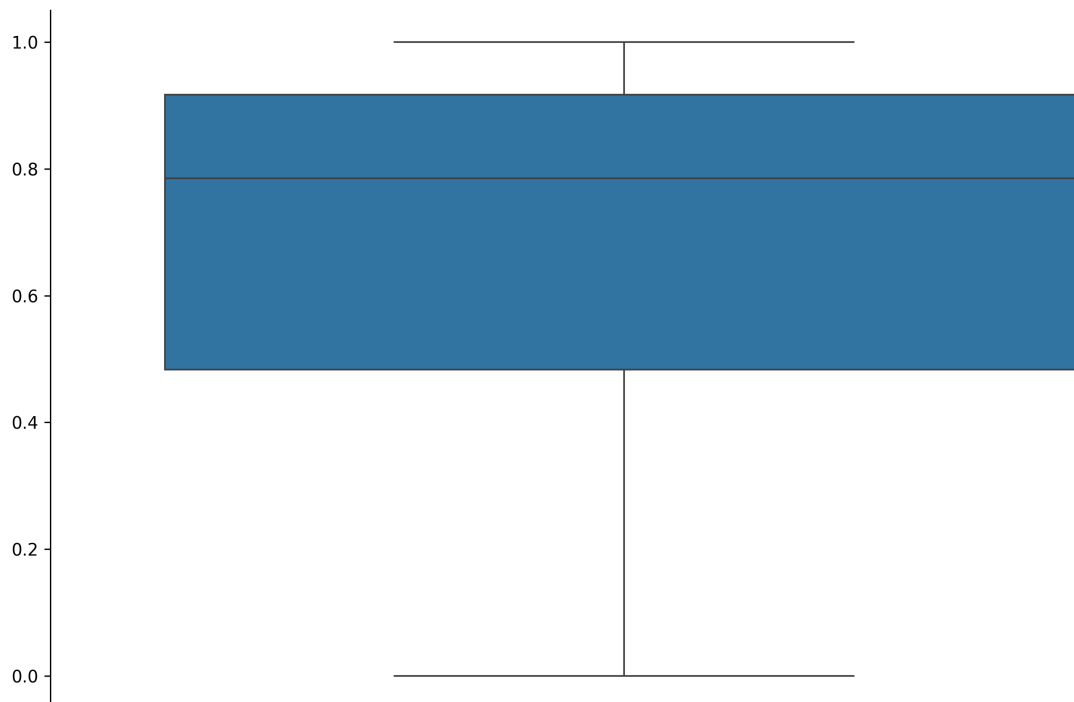
A figura 1.6 mostra que a mediana do índice de capital humano é de aproximadamente 0.70. A caixa principal, que concentra os 50% centrais dos dados, indica que a maioria dos países tem um índice que varia entre 0.52 e 0.81. A amplitude dos dados é ampla, indo de cerca de 0.13 a 1.0. A distribuição se apresenta como relativamente simétrica, e, diferentemente dos gráficos anteriores, este diagrama aponta a existência de um outlier, um valor discrepante isolado, localizado próximo ao zero no eixo vertical, indicando um país com um índice de capital humano excepcionalmente baixo em comparação com os demais.

1.4 Telecommunication Infrastructure Index em 2024

[16] afirma que o **Telecommunication Infrastructure Index** tem 5 componentes: usuário de internet, assinatura de banda larga fixa, assinatura de banda larga sem fio, assinatura de telefone fixo e assinatura de dados móveis.

A figura 1.7 contém um diagrama de caixa que representa o **E-Participation Index** global.

Figura 1.7: Telecommunication Infrastructure Index global em 2024



Fonte: baseado em [18].

A figura 1.7 mostra que a mediana do índice de infraestrutura de telecomunicações está em cerca de 0.80, indicando que metade dos países possui um índice superior a esse valor. A caixa do gráfico, que representa os 50% centrais dos dados, abrange o intervalo entre aproximadamente 0.50 e 0.90. A amplitude total dos dados varia de 0.0 a 1.0. A distribuição dos dados é relativamente simétrica e, assim como na maioria dos gráficos anteriores, não há outliers visíveis.

1.5 Coeficiente de correlação: EGDI e E-Participation comparados com o PIB *per capita* PPC e os gastos públicos (% do PIB)

Há EGDI alto em países tanto autocráticos, quanto democráticos que têm PIB *per capita* alto, conforme comparação inicial dos [com o PIB *per capita* dos países](#).

Adicionalmente, ao avaliar o gasto públicos dos governos apresentado pela OECD e resumido na figura 1.8, um detalhe foi chamativo.

Figura 1.8: Gastos gerais governamentais (% do PIB)

General government spending by function

% of GDP, Total, 2023



Fonte: [15]

Notou-se que os países membros da OECD que têm EGDI altos tem, coincidentemente, altos gastos públicos e que eles representam parte considerável do PIB. A França e a Itália lideram com uma pequena diferença da 2ª para a 1ª. Outro fato é notório é maioria dos países gastam mais de 40% do PIB.

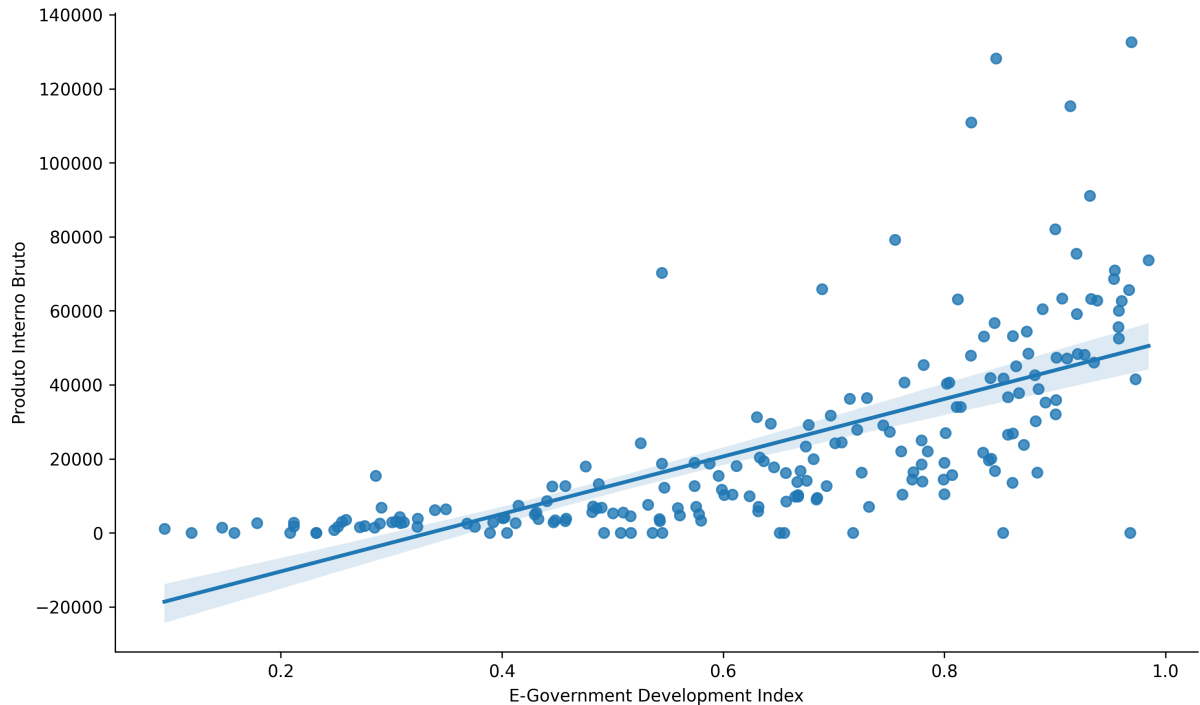
Com base nos parágrafos anteriores, um questionamento surgiu: qual é relação entre EGDI e **E-Participation Index** com o PIB *per capita* e com os gastos públicos (% do PIB). Para descobrir qual tipo de coeficiente de correlação usar, fez-se diagramas de dispersão. Caso haja linearidade, usar-se-á Pearson; caso contrário, Spearman.

1.5.1 Análise geral com o EGDI e E-Participation Index

Analisar-se-á o aspecto geral usando o EGDI e o **E-Participation Index**, estudando como essas variáveis se comportam em diagramas de dispersão e coeficientes de correlação quando comparada com outras variáveis.

EGDI e PIB *per capita* PPC

Figura 1.9: Diagrama de Dispersao: EGDI e PIB *per capita* PPC

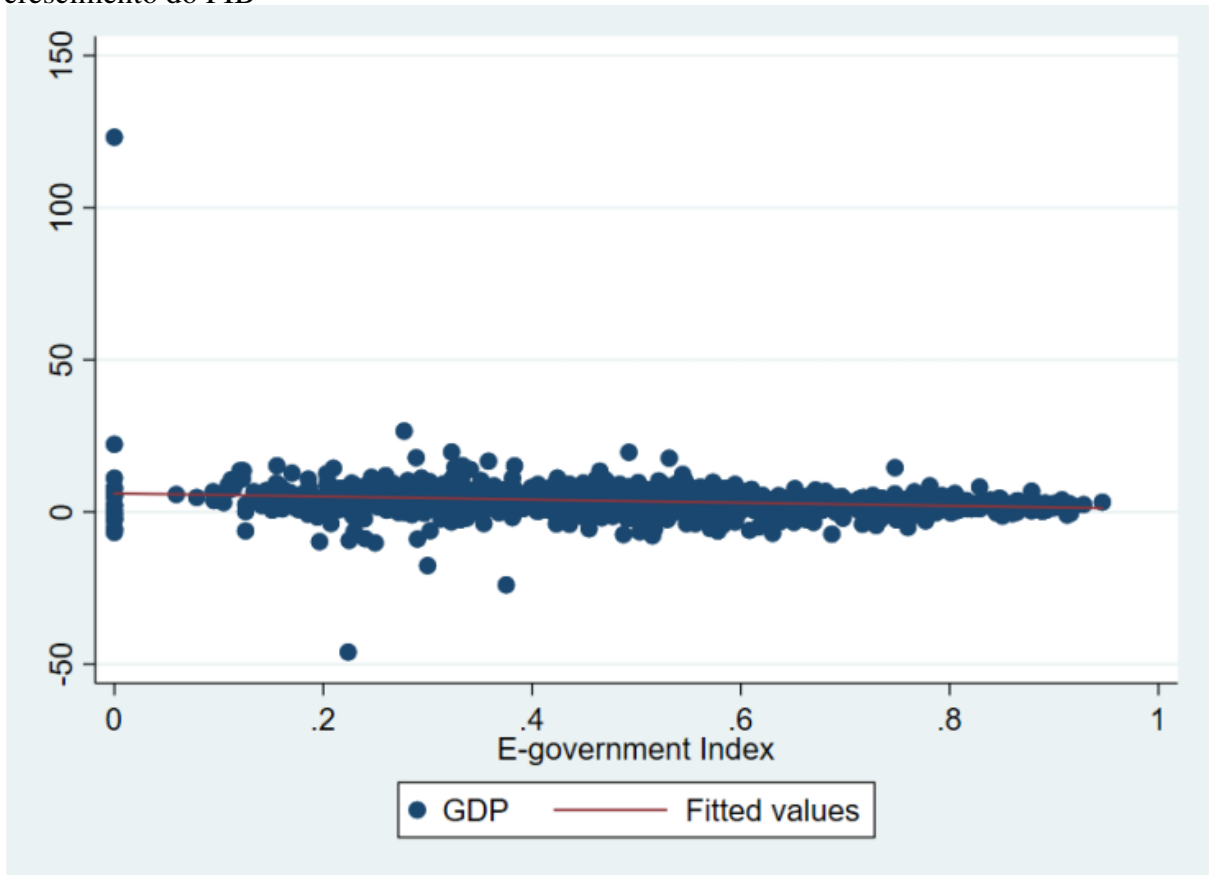


Fonte: [19] e [14]

Para compreender melhor o diagrama de dispersão, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman. A sua escolha foi motivada pela grande presença de pontos extremos. O coeficiente de correlação encontrada foi 0.82. Devido ao coeficiente, os PIB *per capita* PPC e o **E-Government Index** tendem a crescer juntos.

[2] chegou a uma conclusão similar na figura 1.10 a da figura 1.9, porém o autor adotou a taxa de crescimento do PIB ao invés do PIB *per capita* PPC.

Figura 1.10: Como os países se posicionam em relação ao EGDI de acordo com sua taxa de crescimento do PIB



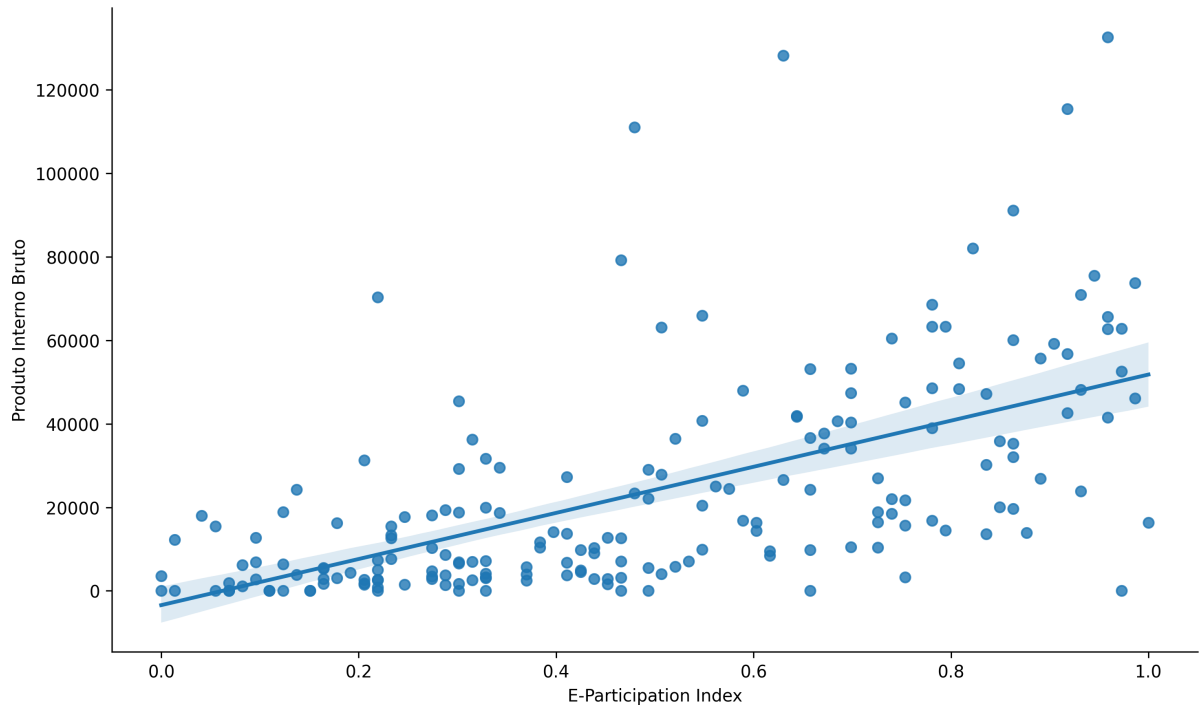
Fonte: [2]

Embora a figura 1.10 mostre menos pontos extremos do que a figura 1.9, percebe-se que o PIB, seja *per capita* PPC ou sua taxa de crescimento, tem forte correlação com o EGDI.

Complementarmente, [10] descobriu que o desenvolvimento econômico, mensurado pelo PIB *per capita*, significativamente e positivamente impulsiona o EGDI.

E-Participation Index e PIB *per capita* PPC

Figura 1.11: Diagrama de Dispersao: E-Participation Index e PIB *per capita* PPC

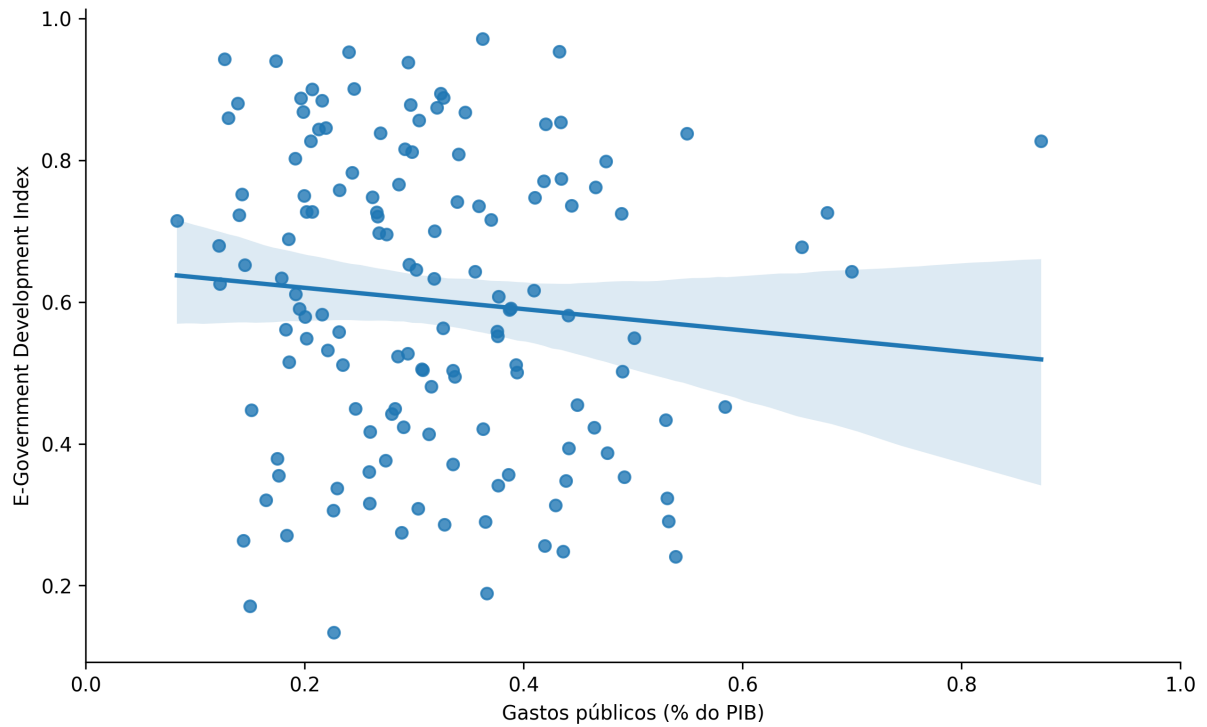


Fonte: [18] e [14]

Para compreender melhor o diagrama de dispersão, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman. A sua escolha foi motivada pela grande presença de pontos extremos. O coeficiente de correlação encontrada foi 0.67. Devido ao coeficiente, os PIB *per capita* PPC e o **E-Participation Index** tendem a crescer juntos.

E-Government Development Index e gastos governamentais (% do PIB)

Figura 1.12: Diagrama de Dispersão: E-Government Development Index e gastos governamentais (% do PIB)

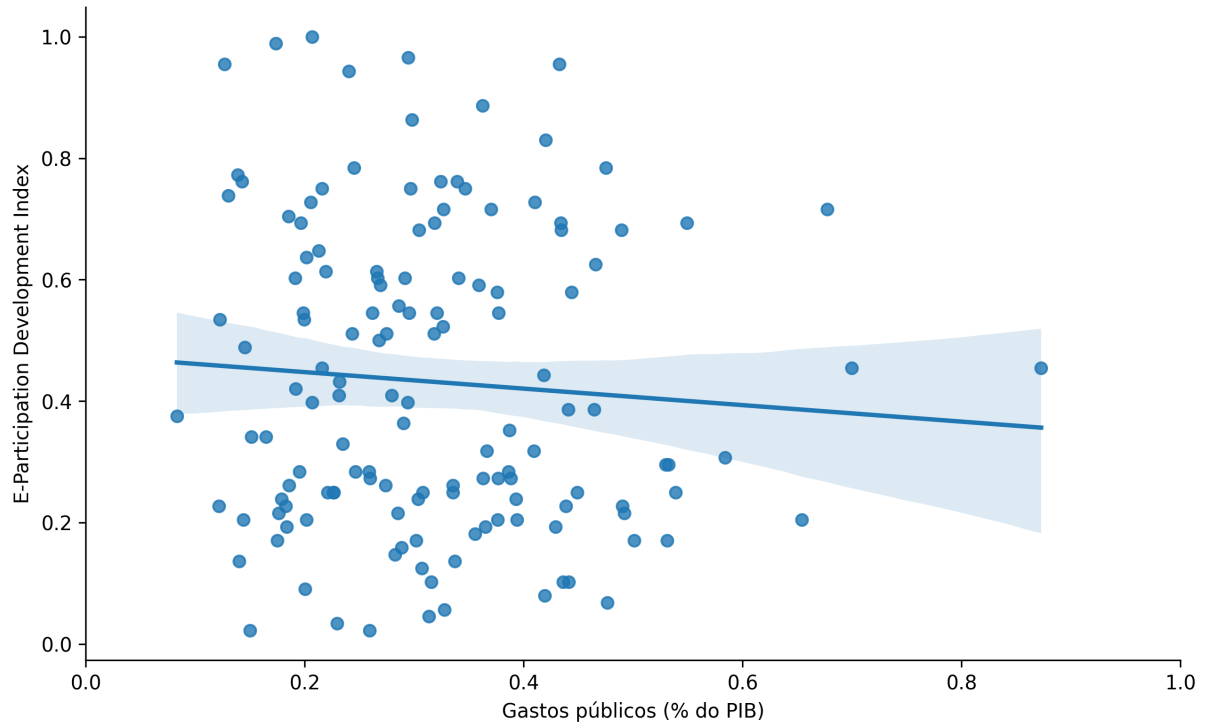


Fonte: baseado em [18] e [7]

Para compreender melhor o diagrama de dispersão, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman. A sua escolha foi motivada pela grande presença de pontos extremos. O coeficiente de correlação encontrada foi -0.13. O **E-Government Development Index** e os gastos públicos são variáveis independentes.

E-Participation Index e gastos governamentais (% do PIB)

Figura 1.13: Diagrama de Dispersao: E-Participation Index e gastos governamentais (% do PIB)



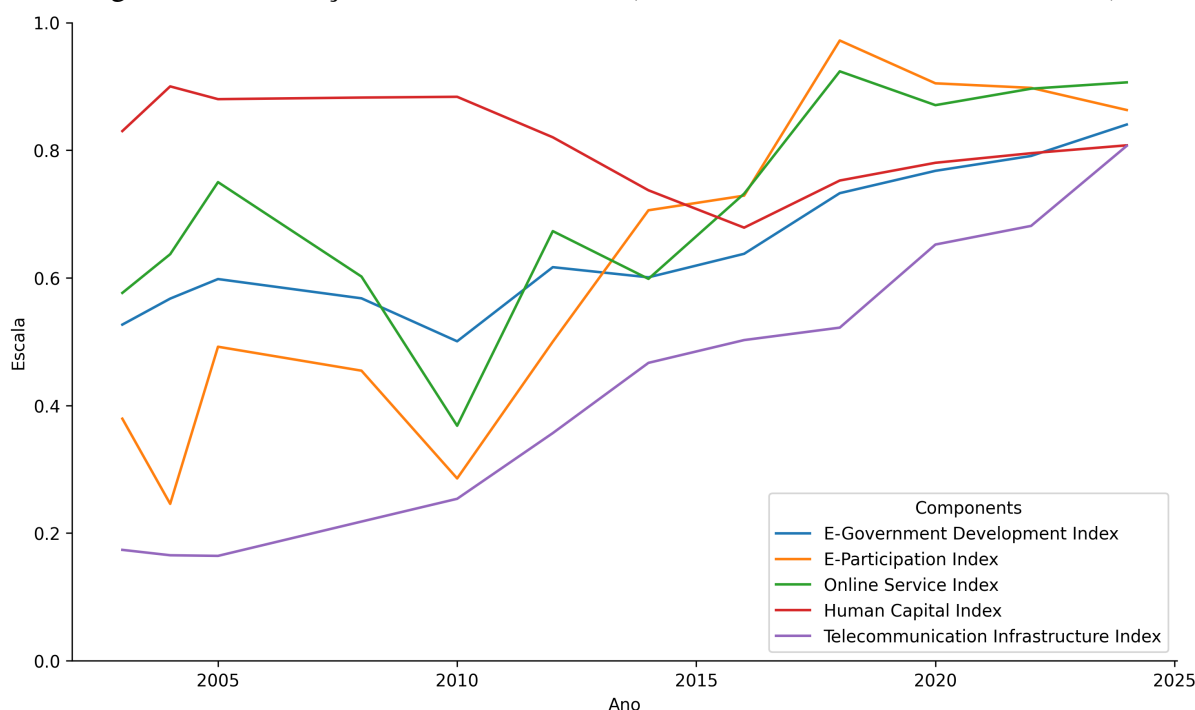
Fonte: baseado em [18] e [7]

Para compreender melhor o diagrama de dispersão, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman. A sua escolha foi motivada pela grande presença de pontos extremos. O coeficiente de correlação encontrada foi -0.07. O **E-Participation Index** e os gastos públicos são variáveis independentes.

1.6 Dados do Brasil

A figura 1.14 mostra evolução do EGDI do Brasil desde 2003-2005 e 2008-2024 (bianualmente).

Figura 1.14: Evolução do EGDI do Brasil (2003-2005, 2008-2024 bianualmente)



Fonte: baseado em [18].

A maioria dos índices (**E-Government Development**, **Online Service**, **Human Capital** e, especialmente, o de **Telecommunications Infrastructure**) apresenta uma tendência geral de crescimento ao longo do período, indicando uma melhoria na digitalização do governo e da sociedade brasileira.

Os **E-Participation Index** e o **Online Service Index** mostram as maiores flutuações, com picos e quedas significativas em diferentes anos. Isso pode indicar variações nas políticas ou na implementação de serviços digitais e na participação cidadã.

E-Government Development Index

O índice principal mostra um crescimento constante, mas gradual, partindo de cerca de 0.5 em 2003 e atingindo mais de 0.8 em 2024. Sua trajetória reflete a média dos outros componentes, indicando uma evolução geral da capacidade do governo de fornecer serviços online.

E-Participation Index

Este índice é o mais volátil e o que apresenta o menor desempenho em grande parte do período. Ele tem um pico notável em 2005, seguido de uma queda e uma lenta recuperação. Isso sugere que a participação cidadã por meio de canais digitais é uma área que enfrenta desafios e flutuações, e seu desenvolvimento pode não ser tão linear quanto o de outros componentes.

Online Service Index

Após um pico inicial, este índice apresenta uma queda acentuada por volta de 2010, seguido de uma recuperação e um novo pico em 2018. Sua trajetória é irregular, o que pode refletir desafios na oferta de serviços públicos online. No entanto, ele termina o período em um nível alto, próximo do Human Capital Index.

Human Capital Index

Este índice mantém um nível consistentemente alto, geralmente entre 0.8 e 0.9, sendo o que mais se aproxima do valor máximo da escala. Apesar de algumas flutuações, ele demonstra que o Brasil possui um bom nível de capital humano para suportar o desenvolvimento do e-government, como educação e alfabetização digital.

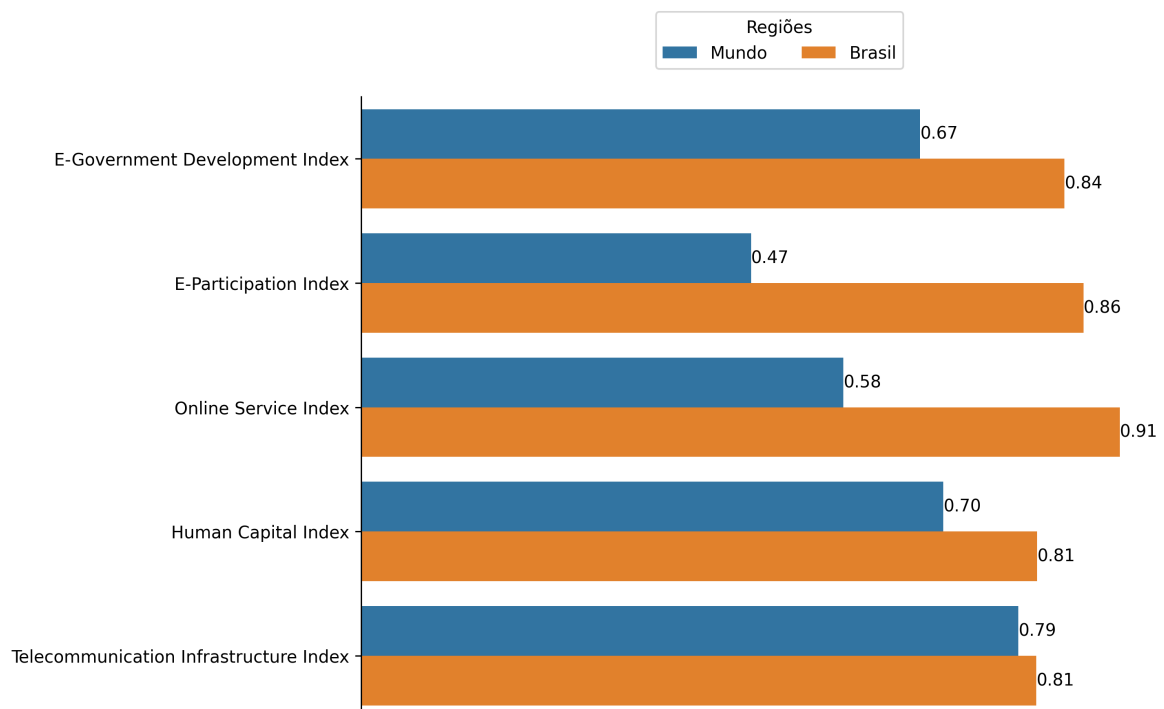
Telecommunication Infrastructure Index

Este é o índice com o crescimento mais notável e constante. Ele parte de um patamar baixo (abaixo de 0.2 em 2003) e alcança o maior valor entre todos os índices no final do período (próximo de 0.8 em 2024). Isso sugere um avanço significativo na infraestrutura digital do país, como a expansão de banda larga e redes de telecomunicações.

1.6.1 Comparando as métricas do Brasil com a média internacional de 2024

A figura 1.15 contém os valores do EGDI e seus componentes do Brasil e da média mundial de 2024.

Figura 1.15: EGDI do Brasil e a média mundial em 2024



Fonte: baseado em [18].

Nota-se como o Brasil está muito avançado em relação à média mundial. Os **EGDI**, **E-Participation Index**, **Online Service Index** e **Human Capital Index** foram os componentes que em mais o Brasil se destacou com 0.17, 0.29, 0.23 e 0.11 pontos acima da média mundial, respectivamente. O **Telecommunication Infrastructure Index** é o único componente em que a diferença entre a média mundial e o resultado apresentado pelo Brasil foi insignificante (0.2 pontos de diferença).

Capítulo 2

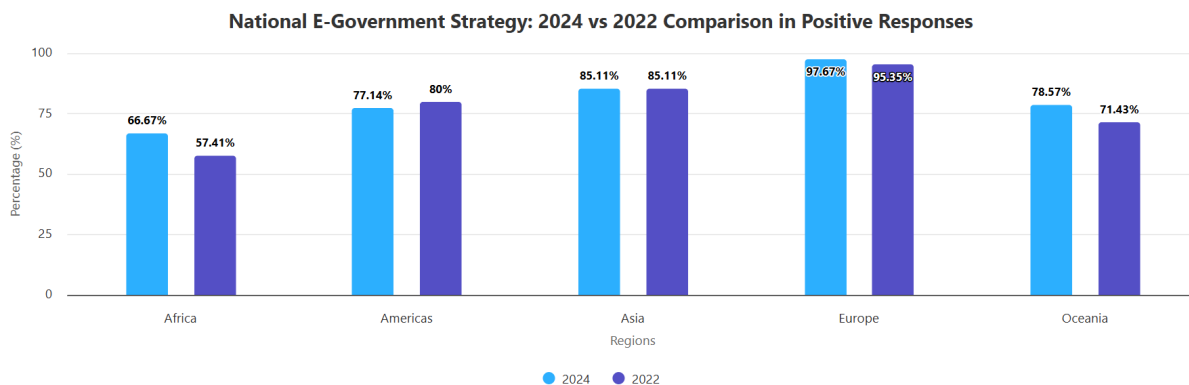
Indicadores de TIC de governo eletrônico

A ONU tem [indicadores de TIC de governo eletrônico](#) como algo complementar ao [EGDI](#). Os indicadores são, conforme [\[17\]](#):

- Existência de estratégia nacional de governo eletrônico ou equivalente;
- Existência de identidade digital para acessar ou outra forma de autenticação requerida para poder acessar serviços online;
- Existência de um portal de compras governamentais.

Os resultados globais dos indicadores estão presentes nas figuras [2.1](#), [2.2](#) e [2.3](#).

Figura 2.1: Indicador: Existência de estratégia nacional de governo eletrônico ou equivalente



Fonte: [\[17\]](#)

Figura 2.2: Indicador: Existência de identidade digital para acessar ou outra forma de autenticação requerida para poder acessar serviços online

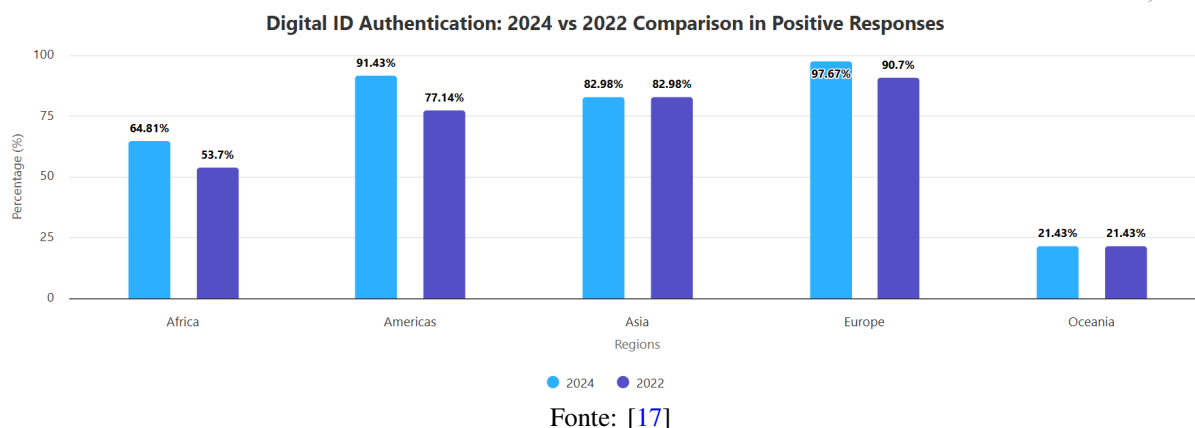
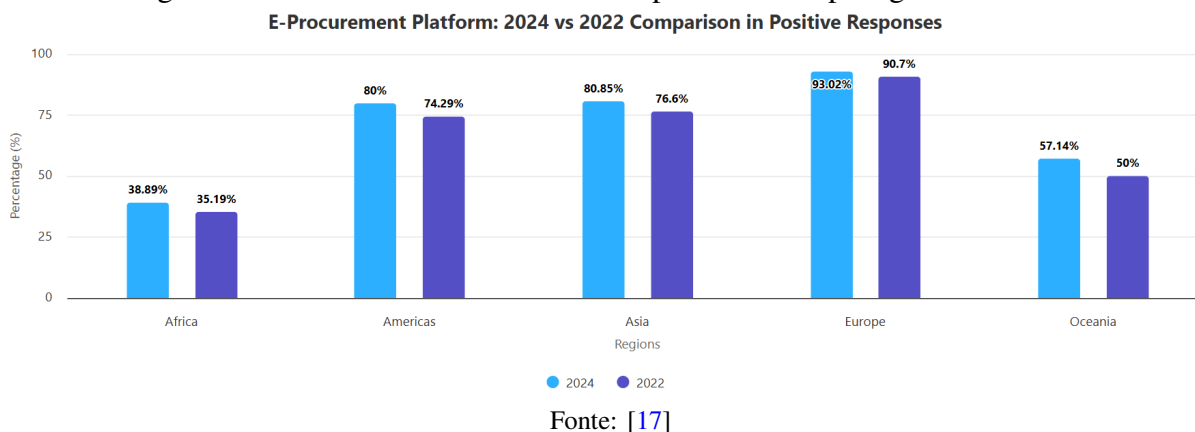


Figura 2.3: Indicador: Existência de um portal de compras governamentais

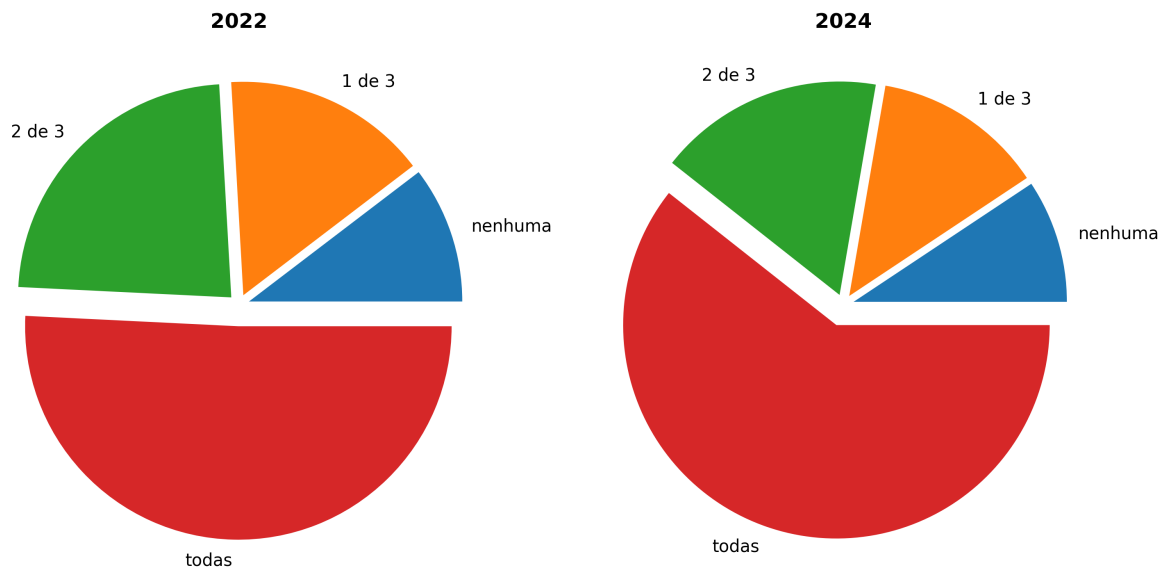


Extraí-se das três figuras que a Europa foi o continente cujos mais respondem que têm seguido os indicadores, superando os 90%. A Oceania foi o continente que menos implementou políticas de identidade digital para acesso a serviços online. África e Oceania tiveram um desempenho ruim na implementação de portais de compra governamentais. O continente americano apresentou bom desempenho nos três indicadores.

Como consequência da análise dos resultados presentes nas figuras 2.1, 2.2 e 2.3, buscou-se entender a seguinte situação registrada nos 2022 e 2024, anos em que os indicadores foram medidos: qual é a porcentagem de países que responderam nenhuma, uma, duas ou todas as perguntas. Elas usam sim ou não para confirmar a aplicação dos indicadores no país.

A resposta ao questionamento está presente na figura 2.4.

Figura 2.4: Respostas positivas aos indicadores de TIC de governo eletrônico



Fonte: [17]

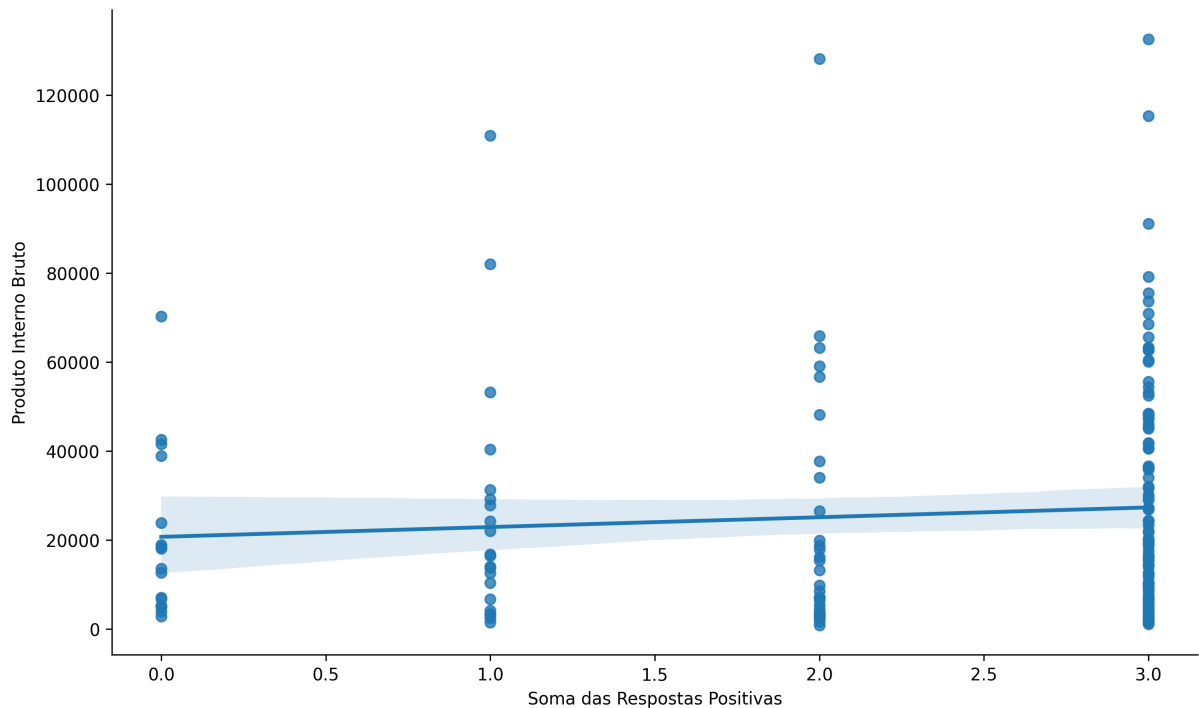
Em 2022, metade dos países respondeu positivamente as três perguntas; em 2024, mais da metade. O Brasil faz parte desse grupo, tal como a Rússia e China. A mudança é creditada a redução do número de países que responderam positivamente 2 de 3 perguntas e passaram a responder as três positivamente.

Além, disso a quantidade de países que responderam positivamente 1 de 3 perguntas e nenhuma se igualou em 2024, sendo os países que responderam 1 de 3 perguntas era maior do que os que responderam nenhuma.

2.1 Coeficiente de correlação: indicadores de TIC de governo eletrônico comparados com o PIB *per capita* PPC e os gastos públicos (% do PIB)

Com base na seção 2, buscou-se entender se há correlação entre os indicadores de TIC de governo eletrônico e os PIB *per capita* PPC e os gastos públicos (% do PIB).

Figura 2.5: Diagrama de Dispersão: indicadores de TIC de governo eletrônico e PIB *per capita* PPC

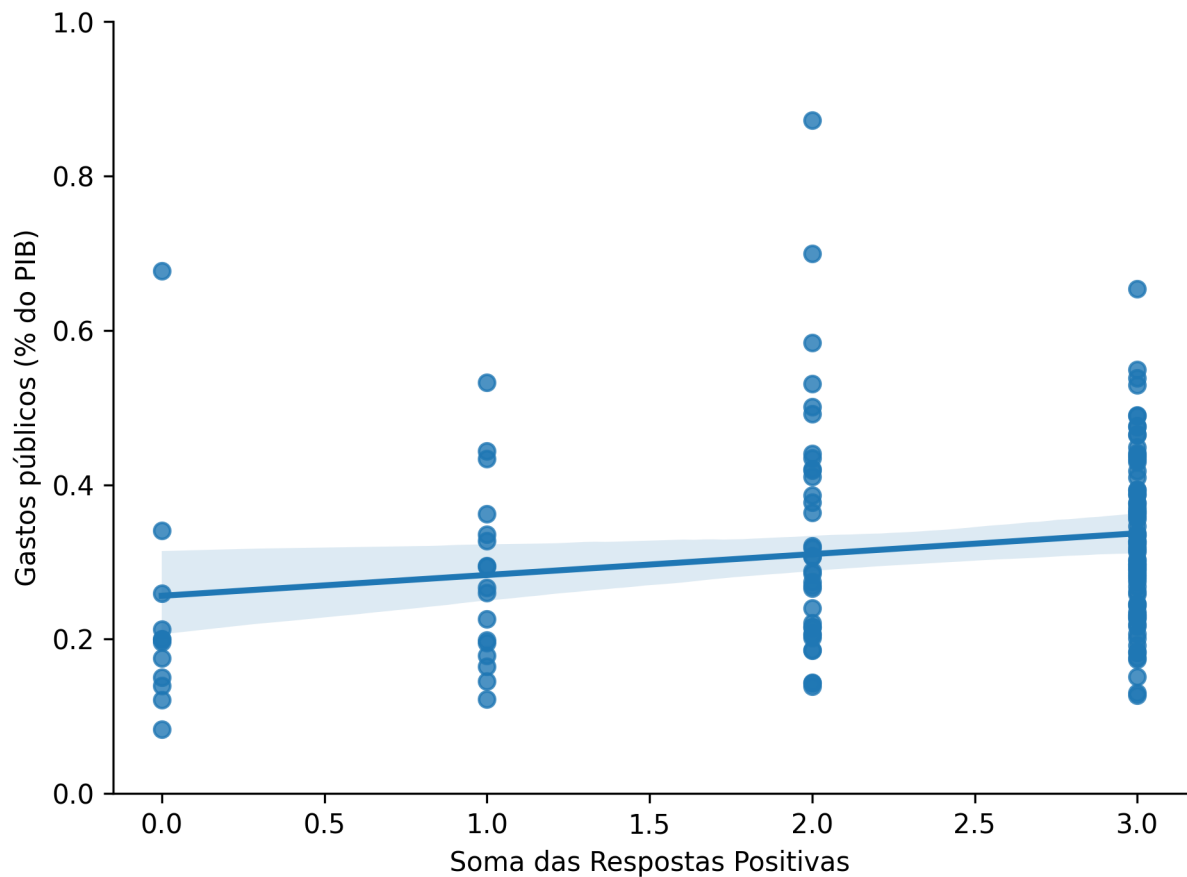


Fonte: baseado em [14] e [17]

Como o diagrama de dispersão presente na figura 2.5 e apresenta grande dispersão em relação à tendência, optou-se pelo uso do coeficiente de correlação de Spearman. A alta dispersão em relação à tendência é um indicativo de um coeficiente de correlação neutro ou baixo. O coeficiente de correlação (0.1) indicam que os indicadores de TIC de governo eletrônico não são afetados pelo PIB *per capita* PPC, e vice-versa.

Outra análise feita foi a comparação entre os indicadores de TIC de governo eletrônico e os gastos governamentais.

Figura 2.6: Diagrama de Dispersão: indicadores de TIC de governo eletrônico e gastos governamentais (% do PIB)



Fonte: baseado em [7] e [17]

Para compreender melhor o diagrama de dispersão, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman. A sua escolha foi motivada pela grande presença de pontos extremos. O coeficiente de correlação encontrada foi 0.23. O referido coeficiente indica uma correlação positiva muito fraca entre os gastos do governo e a soma das respostas positivas.

Capítulo 3

Governo eletrônico e digital no Brasil

[22] ressalta que a [Constituição Federal de 1988](#) fixou a cidadania como fundamento da República, tendo a participação e o controle papéis essenciais ao bom funcionamento do Estado, da Democracia e da Administração Pública, a partir da concepção de cidadania e democracia participativa.

Além disso, [22] argumenta que o controle social possui estreita ligação com as políticas públicas, pois, a partir do seu exercício, em todas as etapas do ciclo, desde a formulação até a avaliação, confere-se maior legitimidade e eficiência aos resultados dos objetivos, metas e diretrizes fixadas pelos planos, programas e ações dentro do conjunto de políticas públicas.

Adicionalmente, [22] afirma que as políticas públicas são a forma como se resolve os problemas da sociedade e o controle social é a forma como o cidadão interage, fiscaliza e questiona as soluções definidas para esses problemas.

Como consequência, [8] argumenta que o governo eletrônico foi visto como uma oportunidade de incrementar a participação da sociedade na gestão pública, especialmente quanto à formulação, ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas, visando ao incremento da cidadania e da democracia.

[20] argumenta que a interação entre as novas tecnologias, a sociedade e o Poder Público emoldura um momento único do qual emergem, simultaneamente, desafios enormes e vantagens sociais incríveis. Neste contexto, o aparecimento do governo eletrônico é uma decorrência das velhas e novas demandas da sociedade.

Para [20], governo eletrônico é uma infra-estrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a TIC é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão.

Adicionalmente, como é entendido por [20], o objetivo do governo eletrônico é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparências das suas ações e incrementando a participação cidadã, almejando a universalização de serviços.

Diversos autores destacam o impacto positivo do governo eletrônico na sociedade. Suas conclusões estão presentes na tabela [3.1](#).

Tabela 3.1: Revisão da literatura

Autor	Conclusão
[13]	Suas estimativas de que um nível alto de governo eletrônico podem facilitar negócios pela diminuição do fardo das regulações em diversas áreas de negócio.
[9]	Conclui que o impacto do governo eletrônico pode impulsionar a inovação ou até mesmo ser um componente importante para entender como a economia é transformada devido à tecnologia.
[25]	Cita que na União Europeia (até 2020), observou-se a correlação observada entre o nível de desenvolvimento do governo eletrônico e as áreas ambiental, social e econômica parece ser de grande importância, pois implica que a digitalização dos processos administrativos pode ter um impacto real no desenvolvimento sustentável, promovendo, assim, mudanças positivas em todas as suas três esferas.
[24]	Cita que em sua pesquisa examinou a relação entre governo eletrônico e corrupção nos estados dos Estados Unidos encontraram que o governo eletrônico aumentou tanto as condenações por corrupção, quanto a percepção de corrupção.
[21]	Esclarece que, baseado nos resultados estatísticos da testagem, o estudo providenciou evidências empíricas que o governo eletrônico teve uma influência negativa na corrupção.

Fonte: elaboração própria.

Como exposto pela tabela 3.1, percebe-se quão benéfico é o governo eletrônico tanto para os governos, quanto para o povo. Dentre os benefícios, destaca-se a participação social.

Contudo, para [6] o foco das políticas de governo eletrônico, em geral, permanece o mesmo: aprimorar processos internos de trabalho, sem alterações significativas na cultura e na lógica burocráticas sobre as quais se estruturam as relações que se estabelecem entre a administração pública e os cidadãos.

De forma contínua, para [5] a Administração Pública brasileira tem usado as TIC no incremento de suas rotinas burocráticas. Há, ainda, o crescente uso dessas tecnologias na promoção do acesso à informação aos cidadãos. Mas ambos são usos na esteira do dito Governo eletrônico.

Consequentemente, conforme [5], para se distanciar do governo eletrônico e poder implementar o governo digital, deve ser na qualidade de disrupção em relação ao Governo eletrônico, pois não almeja somente o emprego incremental de TICs e viabilização do acesso à informação, mas vai além, corporificando direitos sociais por intermédio do espaço digital.

As TIC podem contribuir para a inovação e o fomento da prestação de serviços públicos adequados e atuais para todos os cidadãos, comportando as dimensões democrática e social impostas pela ordem jurídica constitucional vigente. Os chamados e-Serviços Públicos abarcam a prestação de serviços via internet, sistemas de imagem, radiodifusão, telecomunicações, integração eletrônica gerencial de ações públicas, centrais de atendimento e call center, afóra a chamada Interface de Programa de Aplicativos (do inglês, Application Programming Interface – API).

Importa indicar que a disponibilidade de direitos sociais por meio dos e-Serviços Públicos dependerá de estudos específicos, com fito de determinar qual ferramenta tecnológica será

mais adequada. A lógica dos e-Serviços Públicos, no esteio do Governo digital, deve obedecer aos princípios da (i) eficiência, almejando a máxima satisfação do cidadão usuário; (ii) universalidade, maximizando a abrangência da disponibilidade de tais serviços; e (iii) atualidade, garantindo que os avanços tecnológicos, na comunicação e informação, sejam instrumentais para as ações públicas de corporificação dos direitos sociais. Por derradeiro, não se pode desconsiderar os desafios para a concretização dessa mudança de paradigmas, em especial no ambiente público e, em especial, na conjuntura do Governo digital e dos e-Serviços Públicos. Mas, também, inviável olvidar a centralidade do nosso compromisso com a promoção da inclusão digital, de forma a aplacar a exclusão, sobretudo a população mais pobre e vulnerabilizada, razão primeira das mais variadas políticas públicas sociais e que deveria ser a primeira preocupação governamental.

Um panorama que evidencia o destacado potencial das TICs para contribuir na implementação de indicadores, métricas, levantamento de dados e estudos técnicos capazes de apontar as mais adequadas tecnologias para cada direito social/respectivo serviço público, possibilitando ao gestor público a melhor tomada de decisão no sentido de instrumentalizar a ação administrativa e experienciar na atividade de gestão, com vistas à efetiva encampação do complexo mosaico de objetivos constitucionais fonte última de legitimação do Poder Público e que deveria ser o prumo balizador de todas as ações governamentais.

governo digital

[12] argumenta que as ferramentas de governo digital promovem transparência, responsabilização e acesso melhorado à informação. E que os resultados encontrados pelo autor indicam claramente que níveis mais altos de governo eletrônico estão associados a melhores resultados no combate à corrupção.

[23] afirma que o uso de governo digital e serviços públicos online têm um grande potencial de reduzir o fardo administrativo, bem como, promover inovação e crescimento econômico. Além de contribuir com a diminuição das atividades da economia informal, aumentando a quantidade de pessoas que pagam impostos e reduzindo a corrupção.

[23] afirma que o governo digital não é apenas sobre tecnologia, é sobre uma operação multifacetada que requer uma abordagem multidisciplinar e disciplina científica.

[1] afirma que a transformação digital no governo ou no setor público refere-se ao engajamento diferente e inovativo e trabalho com as partes interessadas, desenvolvendo frameworks para os mecanismos de entrega de serviços eficientes e formação de novos relacionamentos.

[1] afirma que sua pesquisa destaca que um ambiente efetivo e favorável, força de trabalho qualificada, liderança, políticas públicas e regulações são os fatores chave do sucesso que podem encorajar e facilitar a rápida adaptação da transformação digital nas organizações do setor público.

[3] afirma que o governo digital baseia-se na divulgação aberta e sem precedentes de informações governamentais, aliada à troca em grande volume de informações altamente sensíveis e/ou pessoais entre agências governamentais e seus clientes.

[3] complementa que ao mesmo tempo, tendências digitais como computação em nuvem, mobilidade, mídias sociais, big data e inteligência artificial geram diversos desafios de segurança assustadores, bem como preocupações com a privacidade dos cidadãos.

[3] argumenta que o sucesso de um programa de governo digital depende de quão bem ele enfrenta esses desafios e de quão bem ele consegue lidar com inúmeras ameaças potenciais, que vão desde simples atos de hacking até o ciberterrorismo.

Referências Bibliográficas

- [1] Mamdouh Alenezi. Understanding digital government transformation. *arXiv preprint arXiv:2202.01797*, 2022.
- [2] Aziza Alisherovna Usmanova. Whether a higher e-government development index means a higher gdp growth rate? In *Proceedings of the 5th International Conference on Future Networks and Distributed Systems*, pages 467–472, 2021.
- [3] Bouchaïb Bounabat. From e-government to digital government: stakes and evolution models. *Electronic Journal of Information Technology*, 10(1):1–20, 2017.
- [4] Comissão Europeia. Digital economy and society index (desi) 2022, 2022. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi>.
- [5] José Sérgio da Silva Cristóvam, Lucas Bossoni Saikali, and Thanderson Pereira de Sousa. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no brasil. *Sequência (Florianópolis)*, pages 209–242, 2020.
- [6] Lucas Borges de Carvalho. Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação. *Revista de direito administrativo*, 279(3):115–148, 2020.
- [7] FMI. Government expenditure, percent of gdp, 2023. <https://www.imf.org/external/datamapper/exp@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>.
- [8] Tomás de Aquino GUIMARÃES and Paulo Henrique Ramos MEDEIROS. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cadernos Ebape.Br*, 3(4):01–18, 2005.
- [9] Andrii Kotenok, Iryna Kulaga, Vsevolod Klivak, and Olena Tkachenko. The e-government’s influence on the country’s economy (at the example of ukraine and estonia). In *III International Scientific Congress Society of Ambient Intelligence 2020 (ISC-SAI 2020)*, pages 175–182. Atlantis Press, 2020.
- [10] Sushant Kumar, Kuldeep Baishya, Pradip H Sadarangani, and Harsh V Samalia. Cultural influence on e-government development. *Electronic Journal of Information Systems Evaluation*, 23(1):pp17–33, 2020.
- [11] Yolanda Martínez, José Clastornik, and Oscar Alberto Campos. egovernment measuring frameworks: A comparative analysis of different indexes based on their taxonomy: A comparative analysis of different indexes based on their taxonomy. In *Proceedings of the 15th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance*, pages 397–403, 2022.

- [12] João Martins, Bruno Fernandes, Ibrahim Rohman, and Linda Veiga. The war on corruption: The role of electronic government. In *International Conference on Electronic Government*, pages 98–109. Springer, 2018.
- [13] João Martins and Linda Goncalves Veiga. Digital government as a business facilitator. *Information Economics and Policy*, 60:100990, 2022.
- [14] Banco Mundial. Pib per capita dos países, 2024. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.KD>.
- [15] OECD. General government spending by function, 2023. <https://www.oecd.org/en/data/indicators/general-government-spending.html>.
- [16] ONU. Egdi: Survey methodology, 2016. <https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2016-Survey/Annexes.pdf>.
- [17] ONU. Ict in government (e-government) indicators, 2024. <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Data/ICT-in-government>.
- [18] ONU. Mapa interativo do egdi, 2024. <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Data-Center>.
- [19] ONU. E-government development index (egdi), 2025. <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/About/Overview/-E-Government-Development-Index>.
- [20] Aires Rover. Introdução ao governo eletrônico. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, 1(1), 2009.
- [21] Rita Sugiarti and Lutfia Rizkyatul Akbar. The effect of e-government on corruption-international evidence. *Asia Pacific Fraud Journal*, 9(2):165–176, 2024.
- [22] André Afonso Tavares. Governo digital e aberto como plataforma para o exercício do controle social de políticas públicas. *Cadernos De Finanças Públicas*, 22(01):74–74, 2022.
- [23] Linda Veiga, Tomasz Janowski, and Luís Soares Barbosa. Digital government and administrative burden reduction. In *Proceedings of the 9th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance*, pages 323–326, 2016.
- [24] Steven Yamarik. Does e-government reduce corruption? evidence from american states. *Evidence from American States*, 2023.
- [25] Magdalena Zioło, Piotr Niedzielski, Ewa Kuzionko-Ochrymiuk, Jacek Marcinkiewicz, Katarzyna Łobacz, Krzysztof Dyl, and Renata Szanter. E-government development in european countries: Socio-economic and environmental aspects. *Energies*, 15(23):8870, 2022.